

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

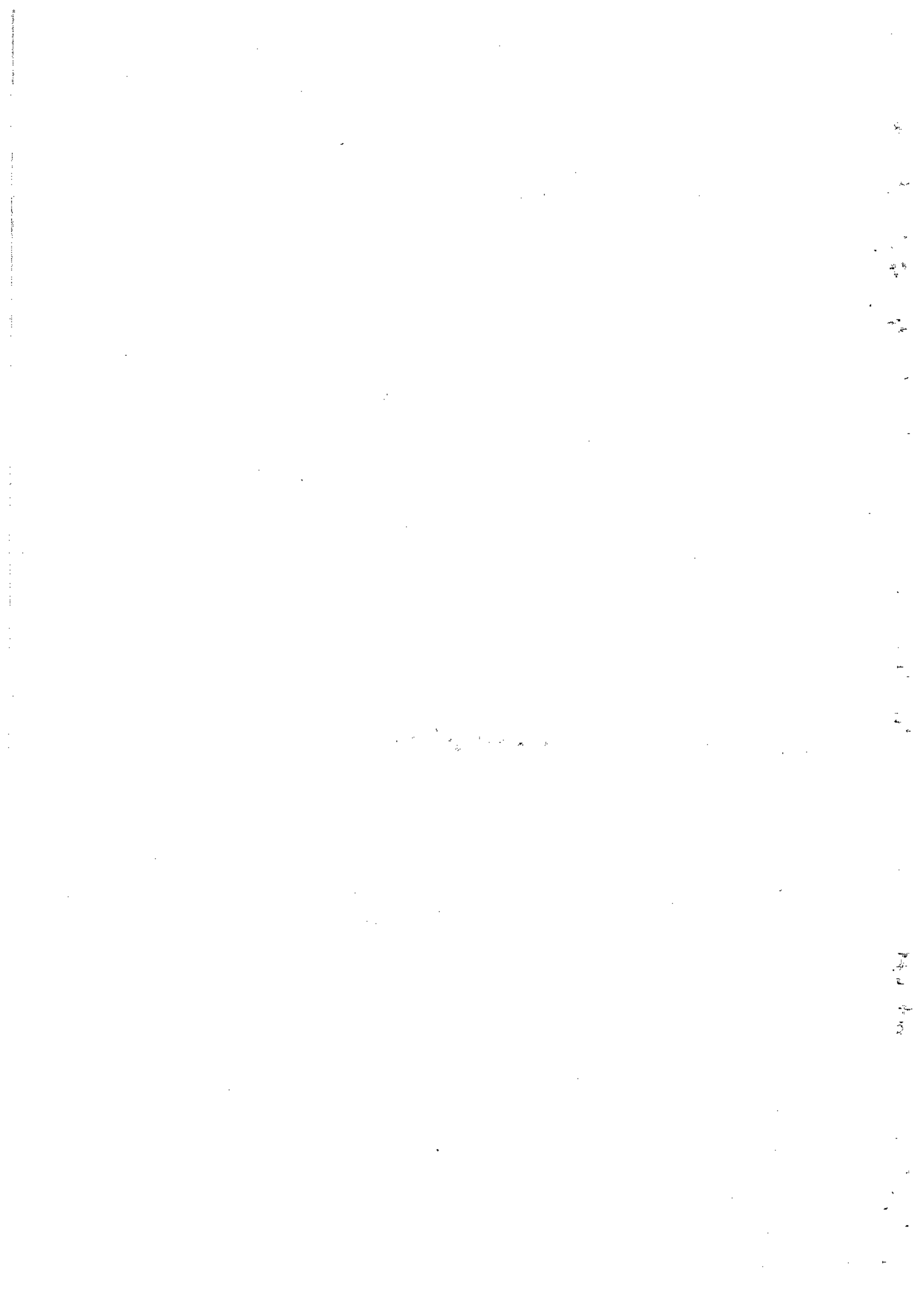
(22)

A SITUAÇÃO DAS MINORIAS ÉTNICAS NO BRASIL

Roque de Barros Laraia

Antropologia - 22

Brasília/1978



INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos realizar uma avaliação, ainda que sumária, da situação das minorias étnicas no Brasil. Em função da não utilização de método histórico, omitiremos as contribuições das diversas minorias para a formação da cultura brasileira. Com o emprego, porém, de uma abordagem sincrônica pretendemos analisar a estrutura das relações raciais, bem como as diversas representações ideológicas elaboradas pelos diferentes grupos numa tentativa de explicar ou justificar a própria situação perante a sociedade brasileira. Obviamente, esta análise somente será possível com base em inúmeros estudos, realizados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sobre o tema. Este procedimento é explicável pelo fato de que toda a experiência de pesquisa do Autor se refere ao estudo das sociedades indígenas e as conseqüentes relações interétnicas que resultam do contato entre índios e brancos.

Inicialmente, devemos esclarecer que costumamos definir minorias sociais como um grupo de pessoas, diferenciadas das demais numa mesma sociedade por critérios que podem ser de raça, nacionalidade, religião ou linguagem. Esta diferenciação deve também ser aceita tanto pelo segmento majoritário como pelo minoritário, sendo comum o fato de ambos elaborarem formulações recíprocas com conotação negativas de uns e outros. Para a compreensão desta definição é necessário que utilizemos, ainda, o critério de subordinação. Em outras palavras, um grupo é considerado minoritário quando encontra-se subordinado a um outro que se considera dominante, independente da dimensão populacional de cada um. Assim, por exemplo, na África do Sul os negros são considerados minorias sociais, quando constituem na verdade uma maioria demográfica. Esta situação é idêntica a que existia no Brasil, no início do século XIX, quando a população negra era numericamente superior a branca.

Definir minorias sociais implica necessariamente na conceitualização do que seja a maioria. Para efeitos deste trabalho, consideraremos que na sociedade brasileira predomina a representação da existência de um país branco e ocidental, resultante de múltiplas

fusões, que envolveram as culturas portuguesa, africanas e indígenas, além da contribuição mais recente do contingente de migrantes europeus e asiáticos. Essa formulação pressupõe a predominância da influência portuguesa, fato este justificado pela língua adotada, e tem como consequência a idéia de uma dominação cultural e econômica do grupo branco, mais precisamente o de origem lusitana, sobre os demais, mesmo que esta concepção não constitua uma verdade do ponto de vista estatístico. Com efeito, em recente estudo, Thales de Azevedo (1975) refere-se a diversos artigos publicados na imprensa carioca, em 1972, por Meira Pena que analisa a intenção oficial de apresentar o Brasil como um país branco, independente do número de negros e mestiços, cujas cifras não podem ser corretamente estimadas, pois desde 1950 o item cor não consta mais do recenseamento. Para Meira Pena, o nosso desejo é de "uma pessoa branca" e é esta a auto-imagem da maioria social. A partir desta posição é que são definidos os demais grupos como minoria.

Para fins analíticos, classificaremos a minorias em 3 grupos: os dois primeiros representados pelos negros e índios, mais importantes do ponto de vista histórico, desde que são responsáveis por significativa participação no processo de fusão cultural. Em terceiro lugar, aglutinaremos os diversos grupos nacionais que chegaram ao país em função das correntes migratórias iniciadas na segunda metade do século passado. Nos dois primeiros grupos, o critério de raça é um item importante para a compreensão da situação atual e em apenas um dos grupos, como veremos posteriormente, torna-se importante a utilização do conceito de cultura. No último caso, os critérios de raça, nacionalidade, língua e cultura são inseparáveis e, conforme a situação, o que podemos fazer é apenas privilegiar uma ou outra destas variáveis.

1. A SITUAÇÃO DO NEGRO

O nosso objetivo, repetimos, não é o estudo da contribuição cultural do negro para a nossa sociedade, mas uma avaliação de sua situação atual como membro de um grupo minoritário. Como a sua cultura original foi assimilada durante o processo de fusão acima

referido, o negro hoje somente pode ser classificado através de categorias raciais. Assim, os indivíduos que permaneceram com a fenotípica que os define como negros, embora teoricamente constituam parte da sociedade global, costumam ser classificados como membros de um grupo étnico, apesar do único fator de diferenciação ser a cor e não a etnia. Em suma, são caracteres de ordem biológica que os definem como negros. Por isto é que somos levados a participar de uma longa polêmica que, há mais de um quarto de século tem preocupado os pesquisadores brasileiros, e que afeta um bem cuidado mito: a existência da democracia racial brasileira.

Este ideal tem sido defendido através de afirmações como a que insiste não ser a questão racial um problema sério no país, com a alegação de que os comportamentos segregacionistas constatados representam apenas fatos esporádicos. Para seus opositores, estas proposições constituem mesmo algumas das formas de representação do mito da democracia racial. Em seu livro, Thales de Azevedo (1975) discute esse tipo de argumento, ao mesmo tempo que relaciona uma série de eventos que demonstram expressões de racismo e que não são tão esporádicos como se costuma afirmar. O referido Autor enfrenta a árdua tarefa de tentar explicar o paradoxo de uma sociedade que ideologicamente se considera um modelo de democracia racial, em contraste com um comportamento real que não corresponde a sua visão de mundo. É esta imagem, que representa uma dificuldade para a realização de estudos objetivos (cf. Ianni, 1966), que torna explicável o fato de que para um mesmo fenômeno (a relação entre negros e brancos no Brasil) existam 3 posições acadêmicas antagônicas: a primeira, que atribue às diferenças de classes e das tensões sociais o problema do negro; a segunda, que alega ser o critério de cor irrelevante para a definição dos diversos grupos sociais; e a última que admite a discriminação racial como um aspecto importante das relações sociais no Brasil.

A primeira posição admite que a ocorrência de discriminação contra o negro só pode ocorrer em função de sua baixa posição na estrutura de classes e não como uma consequência da cor de sua pele. Em outras palavras, o indivíduo é discriminado porque é pobre e não porque é negro. O autor desta corrente é Gilberto Frei-

→ É o mesmo mesmo!
A ignorância, nos últimos
tempos, muita universalidade!
Consultar o dicionário
para a solução mais
convincente!

re, que defende a tese de um país moreno, que superou os problemas decorrentes das diferenças raciais. CASA GRANDE E SENZALA é o principal repositório de suas idéias.

A segunda posição resultou da estupefação dos cientistas americanos, participantes do "Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University", diante da grande quantidade de categorias existentes para definir a cor dos indivíduos. Convém lembrar que foi este fato considerado como responsável pela exclusão do item referente a cor dos recenseamentos de 1960 e 1970. Um dos testes aplicados na Bahia constitui num exemplo bastante ilustrativo: foram apresentados a 100 informantes 9 fotografias que representavam um continuum do negro ao louro, com 7 tipos intermediários. O resultado foi a catalogação de 40 diferentes tipos raciais: "branco, preto, sarará, moreno claro, moreno escuro, mulato, moreno, mulato escuro, negro, caboclo, escuro, cabo verde, claro, araquaba, roxo, amarelo, sarará escuro, cor de canela, preto claro, roxo claro, cor de cinza, vermelho, caboclo escuro, pardo, branco sarará, mambebe, branco caboclado, moreno escuro, mulato sarará, gazula, cor de cinza clara, creola, louro, moreno claro caboclado, mulato bem claro, roxo de cabelo bom, preto escuro, pelê." (Harris, 1964).

A última posição representa os resultados de grande parte das pesquisas financiadas pela UNESCO, na década de 50, além da influência marcante da presença entre nós do sociólogo francês Roger Bastide. Iniciada com um projeto de pesquisa intitulado "O Preconceito Racial em São Paulo", esse empreendimento resultou na publicação de numerosas obras: BRANCOS E NEGROS EM SÃO PAULO, por Roger Bastide e Florestan Fernandes; AS METAMORFOSES DO ESCRAVO, por Otavio Ianni; CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO, por Fernando Henrique Cardoso; COR E MOBILIDADE SOCIAL EM FLORIANOPOLIS, por Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni; e mais recentemente A INTEGRAÇÃO DO NEGRO A SOCIEDADE DE CLASSE, por Florestan Fernandes. Todos estes trabalhos, realizados no sul do país, tem algo em comum: a admisão da existência real do preconceito.

Os argumentos dos autores do 3º grupo podem ser reforçados por outros trabalhos como o de Donald Pierson, BRANCOS E NEGROS NA BAHIA, publicado em 1945, no qual o autor ressalta o caráter sutil do preconceito racial no Brasil. Esta sutileza que consiste em

escamotear o problema, criando uma ilusão de inexistência de preconceito, mas que é sentida pelas suas vítimas: "aqui o preconceito racial existe veladamente, de forma sorrateira: não é como na África do Sul ou mesmo nos Estados Unidos, onde de antemão já se sabe como proceder" (declaração de cantora negra, retornando ao país). Podemos lembrar ainda, Oracy Nogueira com seu artigo "Preconceito Racial de Origem", 1955, em que distingue a discriminação existente no Brasil da encontrada nos Estados Unidos. Aqui, o mestiço pode deixar de ser negro desde que sofra um processo biológico de em branquecimento, ou seja: os seus cabelos tornam-se lisos, a sua pe le menos escura, e deixam de ser marcantes outras características negras como o prognatismo. Nos Estados Unidos, mesmo que o mestiço torne-se completamente branco continuará sendo discriminado a partir do conhecimento, por parte da comunidade, da existência de um antepassado negro. Por fim, podemos citar os trabalhos de João Batista Pereira Borges, da Universidade de São Paulo, que tem se preocupado em estudar os mecanismos de ascensão utilizados pelos negros para fugir do preconceito.

Poderíamos argumentar que a variedade de opiniões entre as diversas posições decorre de diferenças geográficas. Todos os 3 grupos acima relacionados trabalharam em regiões diferentes. Parece-nos, entretanto, difícil continuarmos apegados a uma ilusão. O livro já mencionado de Thales de Azevedo, principalmente o seu segundo capítulo, representa uma etapa decisiva para a valha polêmica: "Democracia Racial, Mito ou realidade?" O antropólogo bahiano enfrenta decisivamente "o preconceito de ter preconceito".

Refuta àqueles que proclamam a "ausência de ocorrências violentas e a falta de apoio de uma doutrina racista sistematizada". Em primeiro lugar, com numerosos relatos de fatos que demonstram a existência da violência, pelo menos em nível individual, aos quais podemos adicionar o fato ocorrido, em nosso próprio meio, o atentado contra a vida de uma jovem universitária de Brasília, praticado pela sogra branca que não desejava um neto negro. Em segundo lugar, antecipando ao professor Azevedo, podemos afirmar que a idêia da ausência de uma doutrina racista sistemática pode ser refutada pela existência de um grande repertório de estereótipos negativos, documentados muitas vezes e mais recentemente através

de uma pesquisa realizada por alunos da Faculdade de Filosofia de Divinópolis, Minas Gerais, que coletaram centenas de frases e provérbios, escritos em parachoques de caminhões, paredes de bares e sanitários, publicações populares, etc., contendo as mais injuriosas afirmações contra os indivíduos de cor. Mas Thales de Azevedo vai mais longe em seu artigo, o que deixa entrever que essa doutrina existe e se consubstancia através das inúmeras racionalizações que constituem o próprio mito da democracia racial. Este "insight" torna-se bastante claro quando o Autor analisa a reação de certos elementos de nossa sociedade contra aqueles que agem abertamente como racistas, porque afinal a gravidade de suas culpas consiste exatamente em desacreditar o mito.

Mesmo no passado quando foi elaborada uma lei contra a discriminação (Lei nº 1390 de 3.7.51, denominada Lei Afonso Arinos), este fato não significou um reconhecimento generalizado da existência do preconceito, mas foi interpretado como uma medida preventiva contra "influências estranhas que estavam se infiltrando na vida nacional". No presente, podemos sentir uma atitude mais realista: apesar da relutância dos órgãos de orientação de massa, entre eles certas entidades estatais, em discutir abertamente o assunto. Existe nitidamente uma preocupação com a ocorrência do racismo e com toda a problemática de sua evolução. Assim, pode-se notar que, recentemente, os referidos órgãos têm utilizado eficientemente os meios modernos de comunicação, mesmo que seja ainda através de uma ação subliminar, para divulgar imagens de negros colocados simetricamente ao lado de brancos. É sem dúvida uma tentativa de transformar o que hoje ainda é um mito num elogiável objetivo.

2. A SITUAÇÃO DO INDÍO

Quando se trata do Índio torna-se evidente que o procedimento de análise deve ser diferente do assumido no item anterior.

Em primeiro lugar, porque se o negro pode ser considerado como membro de uma minoria social, esta unicidade é mais arbitrária no presente caso. De fato, a utilização descuidada de um vocábulo que expressa uma categoria utilizada pelo segmento majoritário, parece-nos insuficiente para abranger todos os membros das diversas minorias étnicas que têm apenas em comum o seu modo de viver tri -

bal. O mais adequado, portanto, será falar da situação das diversas sociedades indígenas existentes no país, que podem ser classificadas através dos critérios de raça e cultura, ao contrário do negro para o qual a segunda variável deixou de existir. Não há dúvida que tais critérios atendem as definições tradicionais de etnia. O mesmo acontece se utilizarmos de conceituação mais moderna: para Roberto Cardoso de Oliveira (1975) a etnia compreende duas séries de elementos, "uma envolvendo identidades, outras padrões culturais". Na primeira série operam dois tipos de mecanismos de identificação, o que compreende a identidade assumida pelos membros da minoria e outro que se refere a assumida pelos membros da maioria. Acreditamos que está implícito nesta formulação de Cardoso de Oliveira que o segundo mecanismo abrange um terceiro tipo de identidade: aquela que o membro da sociedade majoritária atribue ao outro. Somente, assim, podemos entender todos os significados da palavra Índio. Esta compreensão é mais facilmente obtida quando se recorre a outro artigo do mesmo autor (1965), "O Índio na consciência nacional", no qual ele discrimina as diversas "mentalidades" desenvolvidas em diversos setores da sociedade brasileira, que são responsáveis por diferentes imagens do Índio, tais como as elaboradas por Gonçalves Dias e José de Alencar, entre nós, e por Montaigne e Rousseau, na Europa. A esta "mentalidade" se opõem a que concebe o Índio como selvagem, sujo, preguiçoso e traiçoeiro.

Em segundo lugar, dois outros fatores devem ser levados em consideração. Ao contrário de nossa ignorância sobre o que o negro representa em termos estatísticos dentro da população global, sabemos que os membros de nossas sociedades indígenas não ultrapassam a cifra de 0,1% dos habitantes do país. Sabemos, também, que as nossas sociedades tribais constituem pequenas unidades autônomas do ponto de vista político e econômico e que, na medida do possível, tentam militarmente evitar o envolvimento pela sociedade maior.

Após estas considerações concluímos que dois fatores devem ser analisados para que possamos avaliar a situação dessas sociedades tribais: 1) a influência do contato na vida das mesmas; e 2) o conhecimento dos diferentes modos de pensar dos segmentos da sociedade maior com referência aos grupos minoritários. Este segun

do fator poderá determinar se o Índio é objeto ou não de discriminação racial.

O grau de intensidade e de qualidade do contato da sociedade nacional com as populações tribais é que poderá determinar a dimensão da influência do grupo social maior sobre o menor. Em 1957, Darcy Ribeiro definiu os seguintes tipos de situação de contato, em termos de intensidade:

a) grupos isolados - que se refere as sociedades tribais ainda desconhecidas e as que não tem nenhum tipo de comunicação com membros da nossa sociedade. Inclui-se nesta categoria grupos, como os Atroari-Waimiré, que mantêm apenas relações belicosas com os brancos.

b) grupos em contato intermitente - referente às sociedades indígenas com contatos esporádicos com a nacional e que mantêm uma autonomia cultural, apesar de terem adquiridos algumas necessidades que somente podem ser satisfeitas em termos de relações econômicas com os "civilizados".

c) grupos em contato permanente - Neste caso a permanência de brancos (postos indígenas, missões religiosas, estabelecimentos de caráter agro-pecuário ou extrativista) junto aos grupos tribais determina uma crescente perda de sua autonomia cultural e do aumento do grau de dependência da sociedade majoritária.

d) grupos integrados - São aqueles que, apesar de terem perdido grande parte de seus acervos culturais, mantêm ainda a sua identidade étnica, além de alguns poucos padrões de comportamento tradicional. Econômica e politicamente estão integrados na sociedade nacional. Esta categoria precede, ainda que não necessariamente, a fase da extinção ou assimilação do grupo.

Quanto a qualidade do contato, o mesmo Autor classificou as frentes pioneiras de expansão da sociedade nacional, que entram em contato com os Índios, nos seguintes tipos:

a) frente extrativista - constituída por elementos da sociedade nacional que penetram os territórios tribais com a finalidade de extrair recursos vegetais ou minerais. Para Ribeiro, esta frente era a mais inofensiva, em virtude de sua baixa intensidade demográfica.

b) frente pastoril - que ocupa as terras indígenas em busca de novas pastagens para o gado. Foi também considerada como de contingente populacional e de baixa nocividade para os índios, por não pretender transformá-los em mão-de-obra.

c) frente agrícola - considerada por Ribeiro com a mais desastrosa para as sociedades tribais, em função do recrutamento de numeroso grupo humano e de suas constantes tentativas de transformar os aborígenes em mão-de-obra barata.

Quase vinte anos depois, somos forçados a rever esta classificação de Ribeiro, em função do vertiginoso desenvolvimento da sociedade nacional. O empreendimento extrativista que era então representado por coletores de castanhas, seringueiros, garimpeiros e caçadores de peles, modificou-se radicalmente com o aparecimento de grandes empresas com o objetivo de extrair minérios, em grande escala, com a utilização de vultosos equipamentos e numerosos recursos humanos, além de profundas transformações nos meios ambientes. Assim, os Xikrin que há vinte anos se defrontavam belicosamente com castanheiros maltrapilhos, tem as suas terras hoje ameaçadas pela invasão de um exército de homens e máquinas, em busca de minério de ferro, para cujo transporte já se planeja a construção de uma estrada de ferro, ligando o sudeste do Pará ao porto de São Luiz do Maranhão.

Por outro lado, grandes empresas pastoris derrubam extensões imensas de florestas para transformá-las em pastagens, ignorando as consequências eventuais sobre o equilíbrio ecológico. Muitos territórios tribais estão sendo invadidos por essas companhias, nacionais ou multi-nacionais, apesar do artigo 198 da Constituição assegurar aos índios a posse de suas terras tribais.

Um outro tipo de frente, não imaginado por Ribeiro, tem ameaçado os grupos indígenas, trata-se das frentes de construtores de estradas, que atravessam regiões até então ignoradas pelos brancos. Nesta categoria, devemos incluir a dramática resistência dos índios Atroari-Waimiri, em defesa de seu território invadido pelos construtores da estrada Manaus-Boa Vista. É, ainda, recente o noticiário da imprensa denunciando as trágicas consequências da BR - 80 sobre os Krêe-Akarôre, que após um difícil contato foram vítimas de doença e maus hábitos introduzidas pelos usuários da estrada.

A ameaça da perda da terra soma-se a constante diminuição das populações indígenas, motivada por sucessivas epidemias. Em 1956, por exemplo, os Akuáwa-Asurini perderam cinco sextos de sua população; e, em 1960, os Suruí ficaram, em uma semana, reduzidos a um terço de seu contingente populacional. Em ambos casos, a gripe levada pelos brancos foi a responsável pela mortandade. Mesmo hoje, quando a Fundação Nacional do Índio dispõe de maiores conhecimentos sobre o problema e melhores recursos médicos, nem sempre é fácil chegar a tempo de evitar os malefícios das doenças que a civilização transmite aos Índios.

Se o contato tem sido negativo, do ponto de vista econômico e biológico, é preciso considerar também as suas consequências culturais. Embora todos estejam de acordo que o objetivo é a integração do Índio na sociedade nacional, nem sempre tem havido concordância com relação ao tempo necessário para o desenvolvimento normal deste processo. Muitas vezes, tem-se agido como se este difícil objetivo pudesse ser conseguido através de um simples e instantâneo procedimento mágico. Tem-se ignorado que a substituição de padrões culturais é lenta e depende da aceitação dos novos procedimentos pelos membros da sociedade minoritária. Muitas vezes, foi olvidado o princípio estabelecido por Rondon de respeito às tradições tribais e, conseqüentemente, recusado ao Índio o direito de escolher entre os novos hábitos e equipamentos aqueles que interessam à sua cultura. A consequência deste tipo de ação tem sido, com muita frequência, a apatia dos membros das sociedades atingidas e a desorganização da vida tribal.

O conhecimento dos diferentes modos de pensamentos dos membros da sociedade nacional com relação ao Índio está bem sistematizado por Julio Cezar Melatti (1970), no livro em que escreveu com o objetivo de proporcionar ao grande público uma imagem menos distorcida dos habitantes de nossas florestas. Melatti mostra como os sertanejos classificam os Índios em preguiçosos, numa racionalização da frustração de não ter conseguido transformá-los em mão-de-obra barata; em cruéis, como uma justificação da violência que usam contra eles. Tal procedimento contrasta com aqueles que têm do Índio uma imagem romântica ou ingênua, para os quais não passam de "bons selvagens", isento das maldades e fraquezas atribuídas à hu-

manidade, ou de pobres crianças que necessitam de nosso amparo e proteção. O Autor refere-se, também, àqueles que, baseando-se em argumentos estatísticos, ignoram os problemas dos índios, por não considerá-los significativos do ponto de vista nacional, bem como àqueles outros que consideram os grupos indígenas como improdutivos, considerando ilegítimo o trabalho de subsistência. Lamentavelmente, em diversas gestões, a FUNAI compartilhou desta mentalidade e, frequentemente, pretendeu mesmo que o órgão protecionista fosse mantido com o produto do trabalho indígena.

Melatti, contudo, não se referiu a uma nova mentalidade que tomou um novo vulto após a publicação de seu livro, aquela para a qual o Índio é um obstáculo ao desenvolvimento da sociedade nacional. Embora veladamente esta posição não difere muito daquela formulada por um cientista do início do século, que foi responsável pelo apressamento da criação do Serviço de Proteção aos Índios: "Se se quiser poupar os Índios por motivos humanitários é preciso que se tomem, primeiro, as providências para não mais perturbarem o progresso da colonização. Claro que todas as medidas a empregar devem colocar-se sobre este princípio: em primeiro lugar se deve defender os brancos contra a raça vermelha. Qualquer catequese com outro fim não serve. Por que não tentar imediatamente? Se a tentativa não der resultado algum, satisfizeram-se as tendências humanitárias; então sem mais prestar ouvidos às imprecações enfáticas e ridículas de extravagantes apóstolos humanitários, proceda-se como o caso exige, isto é, exterminem-se os refratários à marcha ascendente de nossa civilização, visto como não representam elementos de trabalho e de progresso" (Hermann von Ihering, 1911).

Da mesma forma que o Índio surge como uma categoria inexistente para a etnologia, tendo em vista que esta faz questão de realçar as diferenças linguísticas e culturais existentes, não se pode falar do Índio na representação da sociedade nacional como uma categoria unívoca. O que ocorre, como vimos, é a coexistência de várias imagens e destas se pode deduzir a presença ou não do preconceito racial. Ninguém melhor do que o Índio para responder a esta questão: "os civilizados que vivem perto são maus, os que vivem longe são bons" (citado por Melatti, 1970:183). Com efeito as manifestações preconceituosas são mais evidentes nas populações

brancas que vivem junto dos territórios tribais. Nas grandes cidades do Sul, predomina uma visão romântica e generosa, isto quando o nosso Índio não é confundido com aqueles dos enlatados de televisão.

3. A SITUAÇÃO DOS MIGRANTES

Como migrantes definimos o contingente populacional de europeus ou asiáticos que emigrarem para o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Foram estes e seus descendentes que modificaram o quadro demográfico, no que se refere a cor. Assim é que o país que, no início do século passado, apresentava uma predominância de negros, atingiu no presente, graças também a um intenso processo de miscigenação, uma maioria de brancos, ou de indivíduos que se definem como tal.

Nem todos os segmentos étnicos que compõem esse terceiro conjunto foram objetos de estudos científicos. Entre os trabalhos publicados sobre minorias étnicas podemos citar os de Emilia Willem, referentes a alemães e japoneses; os de Ursula Albersheim e Egon Schadem, referentes aos alemães; Ruth Cardoso, Gioconda Mussolini, Hiroshi Saito e Francisca Izabel S. Vieira, relativos aos japoneses; Altiva Pilatti Balhana, Camilo Cecchi, Eunice Ribeiro Durhan, Constantino Ianni e José Artur Rios, sobre os italianos. Além destes três grupos, mais frequentemente estudados, existem ainda os trabalhos de Otávio Ianni, sobre os poloneses; Clark Knowlton, sobre os sirio-libaneses; os de Heirich Rattner e Elizabeth Frölich, ambos inéditos, referentes aos judeus; e a tese de mestrado de Maria de Lourdes B. Sant'Anna sobre os ciganos.

É necessário salientar que os pesquisadores somente se interessaram pelos migrantes que, no país, se concentraram em grupos sociais, popularmente denominados "colônias", através dos quais procuraram conservar suas características culturais e, conseqüentemente, criaram mecanismos capazes de retardar a aculturação. Em alguns casos, tais grupos tiveram uma forte atuação política e se constituíram numa fonte de problemas para o governo, como por exemplos os alemães e japoneses durante a segunda guerra mundial.

O processo de aculturação tem sido geralmente bastante lento, pois, por muito tempo, os seus participantes consideram a

nova situação como provisória. Dificilmente um homem admite que está abandonando definitivamente a sua terra natal. Existe sempre a esperança de atingir um eldorado, capaz de lhe proporcionar um rápido enriquecimento e um regresso vitorioso. É a fé nesse regresso que faz com que se apegue aos hábitos tradicionais. Poucos, porém, serão os que atingirão esse objetivo e quando o fazem descobrem que a sua terra natal, não é a mesma que idealizaram durante longos anos de ausência. Este tema foi muito bem abordado por Constantino Ianni em seu livro HOMENS SEM PAZ.

Na maioria dos casos, o processo de integração de um grupo de migrantes à sociedade nacional é marcada por graves conflitos geracionais. A posição adotada pelos migrantes, descrita no parágrafo anterior, constitui um dos motivos de oposição à tendência de seus descendentes em se integrarem. Há uma pretensão manifesta de que os filhos continuem observando os padrões culturais que trouxeram de longe, independente do fato de que esses podem ser altamente conflitantes com os costumes locais. Esta oposição torna-se mais expressa na forma de resistência ao matrimônio interétnico. Uma análise detalhada desse processo pode ser encontrada na obra de Francisca Isabel S. Vieira.

Finalmente, outro fator que dificulta a integração é o preconceito dos membros da sociedade majoritária, fato este constatado em todos os trabalhos citados. Entre eles destacamos, a título de exemplo, o de Otávio Ianni sobre os poloneses, que confirma todos os estereótipos negativos que podem ser deduzidos do conteúdo semântico das palavras "polaco e polaca", tão difundidas entre nós. Os árabes (geralmente sírios e libaneses), por sua vez, recebem uma série de denominações regionais, sempre de caráter pejorativo, como "turcos", no sul; "galegos", no Maranhão e Pará; "carcamanos" no Piauí, etc. O Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda, registra o significado popular atribuído a palavra judeu: "homem mau; indivíduo avarento ou negociasta". E a dificuldade de integração dos italianos, motivada pela rejeição por parte de certas camadas da sociedade paulista, tem sido tema de diversas obras literárias, entre as quais se destaca a peça "Os ossos do Barão", de Jorge de Andrade.

Thales de Azevedo (1966) realizou um levantamento, na cidade de Salvador, de estereótipos raciais e nacionais relativos a brasileiros, americanos, russos, alemães, judeus, argentinos, portugueses, Índios e japoneses. Citaremos aqui apenas os atributos coletados referentes as nacionalidades ou raças significativas em termos da população nacional.

"Alemães: inteligentes, cruéis, trabalhadores, disciplinados, orgulhosos, empreendedores;

Judeus: avarentos, gananciosos, intelegentes, astuciosos, desonestos, econômicos, interesseiros;

Índios: Desconfiados, supersticiosos, preguiçosos, vingativos, valentes, traiçoeiros;

Portugueses: religiosos, sujos, trabalhadores, econômicos, pouco intelegentes, bondoso;

Japoneses: traiçoeiros, cruéis, vingativos, trabalhadores, supersticiosos, valentes."

A partir desta classificação, baseadas somente em estereótipos, não é muito difícil de entender a ocorrência da discriminação que, em maior ou menor grau, atinge as diversas minorias étnicas existentes no Brasil.

Por outro lado, os migrantes que não se estabeleceram em "colônias", porque se localizaram em regiões onde não existiam compatriotas, integraram-se mais rapidamente na população nacional. Embora não tenham sido objetos de estudos científicos, constituem um indicador da existência de uma relação direta entre discriminação e resistência à aculturação. Tal hipótese pode parecer paradoxal, mas o fato é que a mesma sociedade que dificulta a assimilação do migrante age mais discriminatoriamente quando aquele procura identificar-se como membro de um grupo étnico diferente.

O processo de integração do migrante, contudo, é mais fácil do que o do Índio e do negro, pois superados os abstáculos culturais e linguísticos, a assimilação deixa de ser um problema, porque (com exceção dos Japoneses) é muito difícil a discriminação em função apenas da fenotípia. Assim, no imenso contingente de descendentes de migrantes, a situação mais difícil continua sendo a dos japoneses, marcados por características raciais que impedem a sua

integração na mesma velocidade de outros casos. Impossibilitados por uma série de bloqueios de participarem ativamente da sociedade maior só lhes restam, como acentuou Francisca Isabel S. Vieira, a criarem mecanismos de solidariedade que reforçam a coesão étnica. O aparente aumento de casamentos interétnicos, neste caso constitui uma tentativa de integração capaz de vencer as barreiras estabelecidas pela sociedade majoritária e pelo próprio grupo minoritário.

Difícilmente lembrados nas relações de minorias étnicas, os ciganos destacam-se pelas suas peculiaridades culturais e obstinada resistência à integração. É verdade que a história de sua migração e de seus objetivos são bem diferentes dos demais grupos citados acima, mas não há dúvida de que se constituem num grupo humano bastante interessante e tão pouco conhecido. No Brasil, não temos notícias de nenhum trabalho científico, além do já citado, que trate desse assunto. Existe, pelo contrário, uma vasta literatura de divulgação que nada mais faz do que repetir velhos estereótipos. Assim, para a maior parte de nossa população, os ciganos continuam ainda a ser os perigosos ladrões de cavalos e de crianças, imagens estas que adquiriram, em parte, nos séculos passados, quando tiveram uma intensa participação no comércio de escravos. Esta imagem justifica as mais duras discriminações.

4. CONCLUSÃO

Neste levantamento sumário da situação das minorias étnicas existentes no país, através da consulta aos principais estudos realizados sobre o tema, o que se torna mais facilmente generalizável é uma notável ambiguidade, um enorme contraste, entre a imagem generosa que o brasileiro tem de si mesmo, no que se refere a tolerância racial, e o seu comportamento real em relação às demais etnias. A compreensão desta ambiguidade somente poderá ser atingida após um exaustivo estudo da história das relações interétnicas no Brasil, além de novas pesquisas capazes de enfrentar o problema sem nenhum preconceito.

B I B L I O G R A F I A

- ALBERSHEIM, Ursula. Uma Comunidade Teuto-Brasileira. Rio Janeiro, de Pesquisas Educacionais, 1962. 228p.
- AZEVEDO, Thales de. Imagens e estereótipos raciais e nacionais. In Cultura e Situação Racial no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização, 1966. p. 44-59.
- Democracia Racial: Ideologia e Realidade. Petrópolis, Vozes, 1975. 112 p.
- BALHANA, Altiya Pilatti. Santa Felicidade: Um Processo de Assimilação. Curitiba, Tip. João Haupt, 1959.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Branco e Negro em S. Paulo 3ª ed., S. Paulo, Nacional, 1971. 310 p.
- CARDOSO, Fernando Henriques. Capitalismo e Escravidão. S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962. 339 p.
- CARDOSO, Fernando Henriques e IANNI, Otávio. Cor de Mobilidade Social em Florianópolis. S. Paulo, Nacional, 1960. 286 p.
- CARDOSO, Ruth C.L. O papel das associações juvenis na aculturação dos Japoneses. São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.
- CECCHI, Camilo. Determinantes e Características da Emigração Italiana. Sociologia. São Paulo, XXI (1): 68-97. 1959.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus - Editora da Universidade de São Paulo, 1956, 2 volumes, 394 p.
- FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 12ª ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963. 539 p.
- HARRIS, Marvin. Patterns of Race in the American. New York, Walker and Co., 1964. 154 p.
- IANNI, Constantino. Homens sem Paz. S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

- IANNI, Otávio. As Metamorfoses do Escravo. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962, 312 p.
- Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização, 1966. 258 p.
- MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. Brasília, Coordenada, 1970. 208 p.
- MUSSOLINI, Gioconda. "Os japoneses e a Pesca Comercial no Litoral de São Paulo!"
Revista do Museu Paulista, São Paulo, XIV: 283-297. 1963.
- NOGUEIRA, Oracy. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. Anhembi - São Paulo, V(53): 279-299. 1955.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, "Reconsiderando Etnia!" In: Trabalho de Ciências Sociais, Série Antropológica. Brasília, 12, 1975. 38 p.
- PIERSON, Donald Branco e Pretos na Bahia. 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1971. 430 p.
- RIBEIRO, Darcy. Culturas e Línguas Indígenas do Brasil. Educação e Ciências Sociais - Rio de Janeiro, 2(6): 4-102, 1957.
- SAITO, Hiroshi. O Japones no Brasil, S. Paulo, Nacional, 1961.
- SCHADEN, Egon. Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil. Revista de Antropologia. São Paulo, 4:41-44, 1965
- VIEIRA, Francisca I. S. O. Japones na Frente de Expansão Paulista. São Paulo, Pioneira, 1973. 272 p.
- WILHEMS, Emilio. A Aculturação dos Alemães no Brasil, São Paulo, Nacional, 1946.
- "Aspectos de Aculturação dos Japoneses no Estado de São Paulo!"
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1948.



FUNDAÇÃO

DE APOIO À PESQUISA

EM

CIÊNCIAS

EXATAS

E

ENGENHARIAS

E

TI

EXATAS

E

ENGENHARIAS

E

11/01/2011



11/01/2011

11/01/2011

11/01/2011